

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL: CONCEPÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

THE WORK DEVELOPED BY SOCIOEDUCATIONAL WORK SOCIAL WORKER: CONCEPTS AND ACTIVITIES

Mabel Torres

Introdução

Este artigo trata do exercício profissional do assistente social, em especial do trabalho socioeducativo desenvolvido por este profissional. Para o seu desenvolvimento, recorreu-se aos dados da pesquisa denominada “As configurações do trabalho socioeducativo desenvolvido pelos assistentes sociais que atuam nos municípios da grande Londrina”, submetida ao Comitê de Ética instalado na Universidade Estadual de Londrina e aprovado – parecer PF nº 138/09. A pesquisa de origem tem por objetivo analisar o modo como os assistentes sociais compreendem o trabalho socioeducativo, bem como conhecer as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais, identificadas como próprias desse tipo de trabalho. Além disso, foi possível conhecer o modo como os assistentes sociais reconhecem os resultados desse tipo de trabalho.

Assim, partiu-se da revisão de literatura sobre o tema e, na sequência, foram realizados contatos com os assistentes sociais que realizam esse tipo de trabalho nos múltiplos campos ocupacionais. O contato com os sujeitos ocorreu tanto por *e-mail* como pessoalmente – em diversos fóruns de debates ocorridos no decorrer do ano de 2011 na Universidade Estadual de Londrina, particularmente os promovidos pelos grupos de pesquisa coordenados pelos docentes do Departamento de Serviço Social. Foram encaminhados 49 questionários via *e-mail* e obteve-se resposta de 16 deles, totalizando 32,6% dos convidados para participar da pesquisa. A relação de *e-mails* utilizada foi construída nos encontros acima citados, bem como a partir das reuniões ocorridas com assistentes sociais supervisores de campo. A coleta de dados foi realizada via questionário, contendo perguntas abertas e fechadas que versavam sobre a formação profissional do assistente social, as condições para realização do seu efetivo exercício profissional e o trabalho socioeducativo. Para fins deste artigo, serão apresentados os dados relativos à concepção de trabalho socioeducativo, bem como os dados relativos às atividades registradas pelos assistentes sociais nas respostas aos questionários.

1. O Serviço Social e o exercício profissional do assistente social: as expressões da dimensão interventiva

O Serviço Social vem se constituindo, ao longo dos últimos 70 anos, no Brasil, como profissão reconhecida em decorrência de sua natureza analítica e interventiva. Nesse sentido, reconhecer essa profissão pressupõe inseri-la no contexto das relações do mundo do trabalho, ou seja,

[...] a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela [...] passa a constituir uma particularidade do trabalho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 16-18).

Esse reconhecimento pressupõe que o Serviço Social, como profissão, é historicamente determinado e coloca-se em um campo de saberes que, em movimento, possibilitam a construção de respostas profissionais consoantes com as necessidades sociais desse tempo histórico. Afirma-se, portanto, que o Serviço Social, no decorrer desse percurso histórico, vem se apresentando no cenário nacional como uma profissão que toma a realidade social como indispensável no seu campo de análise e de intervenção.

O Serviço Social é introduzido no Brasil na década de 1930, sob os auspícios da burguesia emergente, como uma estratégia da classe dominante para disciplinar e atenuar os males sociais advindos da expansão capitalista. Ou seja, é

[...] produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração da classe hegemônica, quando no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2007, p. 30).

Uma das principais características assumidas na constituição do Serviço Social como profissão é que ele é fruto do movimento social de base católica sob a perspectiva que indicava a necessidade da Igreja de retomar sua influência como uma presença mais ativa na vida das pessoas por meio de sua vivência em sociedade, buscando, assim, conter os avanços ideológicos do Estado no que concerne à regulação da vida cotidiana dessas pessoas. A profissão é concebida tendo como fundamento a visão da dignidade humana, do relacionamento profissional construído como base nos processos de ajuda, dirigido às pessoas que enfrentam – de forma temporária ou permanente – dificuldades econômicas, de relacionamento, cabendo ao assistente social trabalhar visando o fortalecimento do “cliente” como pessoa humana. A premissa implícita é a do valor moral, dos comportamentos, das

oportunidades, buscando identificar o mérito das pessoas, a capacidade dos usuários de superar seus problemas e fazer escolhas condicionadas às orientações dadas pelos profissionais. Ou seja, o Serviço Social traça estratégias de ação a partir da “iniciativa de grupos e frações de classes dominantes que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do momento do apostolado leigo” (IAMAMOTO, 1992, p. 19).

As primeiras escolas de Serviço Social instaladas no Brasil estão sob influência da Igreja católica. Aguiar (1995) afirma que a Igreja, no começo do século XX, assume a luta contra a desigualdade social, contra o liberalismo e o comunismo. Essa luta é empreendida pelos católicos via laicato. Dessa ação e da necessidade de sua organização “surgem grupos, associações que por sua vez organizam cursos, semanas de estudos para formação de seus quadros” (AGUIAR, 1995, p. 28).

A década de 1940 marcou o início de uma nova fase no Serviço Social brasileiro: o caráter de apostolado social vai sendo substituído gradativamente pelo da profissionalização. Desse modo, o Serviço Social vai se estruturando como profissão e não como um “braço” da Ação Social Católica, até então fundamental para a construção da intervenção e das respostas profissionais. Clarifica-se aí que o Serviço Social assume parcela do trabalho que visa a reforma social, enfatizando a necessidade de efetivar ações na esfera psicossocial. Assim, os limites estabelecidos nessa ação decorrem daqueles que mantêm a sociedade capitalista e a ordem social vigente como algo instituído e aceito socialmente.

Ao pesquisar sobre o processo de profissionalização do Serviço Social brasileiro, Aguiar (1995) afirma que este foi resultado do esforço dos assistentes sociais em consolidar a profissão não como expressão de um cariz religioso, mas com base científica. O processo de legitimação e de institucionalização é produto das inovações instituídas no primeiro Governo Vargas (1930-1945) no campo das políticas sociais e da criação de grandes instituições responsáveis por sua operacionalização, a saber: SESI, SENAI, LBA, Fundação Leão XIII, entre outras.

O Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a se aproximar de sua vertente tecnicista ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e com propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Pode-se afirmar que

[...] a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão (YAZBEK, 2009, p. 147).

O exercício profissional assumia um caráter educativo, voltado ao humanismo cristão, visando a eliminação das distorções apresentadas e/ou visíveis na vida social.

[...] mesmo promovendo a melhoria do nível de vida de famílias, individualmente, ou conseguindo obter padrões mais adequados de ajustamento no lar ou no trabalho, ou mesmo ainda, minimizando os sofrimentos dos desvalidos, as ações profissionais dos assistentes sociais atendiam muito mais aos interesses do capitalista do que aos do proletariado enquanto classe (MARTINELLI, 1991, p. 130).

Esse modo de operacionalizar o exercício profissional colaborou para que ganhasse fôlego a visão de que os problemas sociais eram problemas individuais, “abafando” as contradições e desigualdades sociais tão marcantes e características do modo de produção capitalista.

Nos anos 1960, os assistentes sociais passam a questionar o seu fazer profissional. Nesse período, eclode o Movimento de Reconceituação, que decorre de um amplo movimento ocorrido no Brasil e na América Latina, quando os assistentes sociais colocam em questão a profissão, sua prática profissional, seus fundamentos e seu modo de interpretar a realidade social. Tal movimento possibilitou a construção da renovação do Serviço Social brasileiro e latino-americano, deflagrando outras possibilidades de construção interventiva, dentre elas, o trabalho socioeducativo. Essa renovação intensifica outras dimensões constitutivas do exercício profissional, a saber: a dimensão política e a investigativa. Essas dimensões projetam o Serviço Social como profissão que requer dos profissionais

[...] clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 232).

Em decorrência dessa renovação, duas direções se estabelecem para a profissão: a conservadora e a crítica. Ambas, em constante movimento, confrontam-se em busca da hegemonia.¹

A **perspectiva conservadora** referenda a função de controle e legitimação do poder dominante, sob a influência da Igreja, reforçando também a lógica do capital. O campo de atuação do assistente social é o da mudança comportamental aliada a alterações no meio social.

A **perspectiva crítica** referenda o projeto societário da classe subalterna, em articulação aos movimentos sociais que, naquele momento, expressavam esse projeto

¹ Sobre as matrizes conservadora e crítica, consultar a obra de Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto e Carlos Montaño.

societário. Essa perspectiva valorizava a prática política dos profissionais, entendendo que esta reforçava a possibilidade de construção de um projeto de sociedade articulado a um projeto profissional. Os assistentes sociais que compartilham dessa direção entendem que seu papel fundamental é o de contribuir para o fortalecimento, organização e mobilização social dessa classe na luta por melhores condições de vida, lutando também pelos direitos sociais.

A partir da perspectiva crítica, o assistente social é reconhecido como o sujeito agente, que, por meio de um conjunto de saberes, constrói respostas profissionais as quais reforçam e consolidam a natureza dessa profissão. Nesse sentido, Iamamoto (1983; 2011), Netto (1991) e Montañó (2007), estudando e pesquisando sobre a origem e a história da profissão, afirmam que o assistente social é um sujeito agente, absorvido pelo Estado no aparato burocrático institucional, a fim de atender aos interesses do desenvolvimento do modo de produção capitalista. São profissionais que, utilizando-se de um aparato teórico e científico, de um instrumental operativo, em um espaço ocupacional, movimentam-se para realizar o seu exercício profissional.

Pode-se afirmar que o exercício profissional do assistente social decorre do modo como os agentes compreendem (sob um ponto de vista analítico e interventivo), planejam e realizam seu trabalho. Além disso, fundamentado na matriz crítica, o Serviço Social contemporâneo apresenta-se como uma profissão que se consolida por seu caráter analítico e interventivo, que é fruto da apropriação de modo sólido dos fundamentos dessa matriz.

Outro aspecto importante é o reposicionamento do objeto e da concepção da profissão. O objeto incide sobre as expressões da “questão social”² que afetam a profissão: a violência; as questões decorrentes da precarização do mundo do trabalho, da pobreza e do empobrecimento da população; o não cumprimento e o desrespeito aos direitos sociais, entre outras. Ainda assim, cabe aos profissionais reconhecer o modo como se materializam essas expressões nos campos ocupacionais nos quais se inserem como profissionais assalariados.

O assistente social opera e gestiona os serviços apensos às políticas públicas e sociais, identificando demandas de atendimento, construindo diagnóstico, estabelecendo propostas analíticas e interventivas. Essa profissão fundamenta-se na realidade social, ou seja, é da competência do assistente social

Explicar e compreender como, na particularidade prático-social de cada profissão, se traduz o impacto das transformações societárias [...] consiste em determinar as mediações que conectam as profissões particulares àquelas transformações (NETTO, 1996, p. 89).

² A questão social é demarcada por meio das contradições do modo de ser e de constituir do capitalismo. Sobre essa questão ver *Revista Temporalis* n. 3, publicada em 2001.

A profissão consolida-se também a partir de três direções: teórica e metodológica; ética e política e técnica e operativa. Essas direções, em articulação, balizam as dimensões analítica, interventiva, ética e política. É uma profissão regulamentada por meio da lei 8662, de maio de 1993, que estabelece as competências e atribuições privativas. Além dessa lei, o Código de Ética de 1993, bem como as Diretrizes Curriculares de 1996 constituem-se como o tripé que consolida um projeto para essa profissão. O projeto ético-político é fruto de um longo e permanente debate entre os assistentes sociais. Reflete o movimento sócio-histórico, suas refrações e descompassos decorrentes da realidade social. O projeto ético-político implica ao assistente social a construção de um ponto de vista analítico, uma tomada de posição frente às contradições da realidade social. Requer também entender a categoria profissional na sua heterogeneidade, como uma categorial plural, que interpreta, analisa e intervém nessa sociedade. Desse modo, o projeto ético-político é expressão da autoimagem da profissão; orienta para a construção da direção social para a profissão; emana uma concepção de Serviço Social, seus limites e possibilidades.

Quanto às dimensões constitutivas da profissão, ressaltam-se as dimensões analítica e interventiva, entendendo que é por meio destas que o Serviço Social é reconhecido socialmente. Nesse sentido, “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinada conjuntura histórica” (IAMAMOTO, 1992, p. 99). Assim, entender essas dimensões é fundamental para a compreensão da profissão e do modo como seus agentes – os assistentes sociais – planejam e desenvolvem suas atividades. Nessa direção, o trabalho socioeducativo é reconhecido como uma metodologia de trabalho que tem sido apropriado pelos assistentes sociais no seu cotidiano profissional, o que será desenvolvido no próximo item deste artigo.

No campo da análise do exercício profissional do assistente social, é necessário entender como realizam suas atividades profissionais. Parte-se do entendimento que, majoritariamente, esse exercício profissional é desenvolvido nos espaços sócio-organizacionais, nos quais o assistente social se insere como profissional assalariado.

[...] o assistente social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 113).

O assistente social coloca em movimento os múltiplos saberes necessários à realização desse exercício profissional. A organização desses conhecimentos “[...] consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de

conhecimento e na atividade transformadora” (KAMEYAMA, 1995, p. 100). Os assistentes sociais partem necessariamente da análise da realidade social, procurando entender as implicações sociais e políticas que referenciam o exercício profissional, construindo uma aproximação crítica entre o conhecimento já sistematizado sobre a realidade social e as particularidades experienciadas cotidianamente via campos ocupacionais. Esse caminho possibilita ao assistente social reconhecer a “materialização” das expressões da questão social e como são identificadas via campos ocupacionais. Atuam majoritariamente com a população trabalhadora e com os “sobrantes do processo produtivo”,³ desenvolvendo atividades com vistas ao reconhecimento das condições objetivas de vida da população, às necessidades sociais vividas, às vulnerabilidades e potencialidades, às possibilidades de ingresso no mundo do trabalho, à inclusão dos usuários na rede de serviços, atuando na construção dos sistemas de proteção social apensos às políticas públicas e sociais, entre outras. Identifica como necessidades aquelas relacionadas às condições de vida dos usuários: necessidades sociais, violação de direitos, vulnerabilidades, dificuldades em acessar os serviços estabelecidos nas políticas públicas e sociais e inserção profissional das famílias. Ao analisar essas questões, problematiza e relaciona a outros aspectos constitutivos da realidade social, tais como: traços culturais que caracterizam a população atendida, relações de convivência social e comunitária, identificação das estratégias de sobrevivência e das potencialidades da população etc.

Como profissional assalariado, o assistente social convive com questões relacionadas ao campo ocupacional que interferem diretamente no trabalho desenvolvido. Destacam-se aquelas relacionadas à explicitação entre os objetivos das organizações e os objetivos do Serviço Social, uma vez que há uma tendência entre parcela dos profissionais em assumir os objetivos da organização na qual prestam serviços como os da profissão. Ou seja, “[...] quanto mais frágeis o conhecimento e a consistência dos objetivos profissionais justificadores de suas ações, mais as concepções e demandas dos agentes privilegiados são assumidas como a verdade profissional” (SILVA, 2002, p. 55). Outra questão a destacar relaciona-se ao reconhecimento do exercício profissional no momento do atendimento aos usuários. É comum observar que o assistente social privilegia as ações de análise e intervenção, buscando conhecer as condições de vida do usuário, a identificação de suas necessidades, demandas e potencialidades. Nessa perspectiva, o usuário é identificado como ser sujeito, que apresenta

³ Expressão cunhada por Marilda Vilela Iamamoto e utilizada em sua produção, destacando os livros **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992; e **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

suas necessidades e espera que sejam reconhecidas as estratégias criadas e construídas como vias de resistências e superação de suas necessidades.

É nessa complexa trama social que o assistente social realiza seu exercício profissional, interpreta as determinações da organização na qual realiza seu trabalho, explicita e informa aos usuários seus direitos, contribuindo para que se reconheçam como sujeitos. Esse é um dos objetivos do trabalho socioeducativo que será problematizado a seguir.

2 - A concepção de trabalho socioeducativo identificada na pesquisa

A matriz crítica vem, ao longo dos últimos 20 anos, construindo um modo de estabelecer a intervenção, a partir de uma perspectiva denominada socioeducativa e, desde o final dos anos 1980, vem se consolidando como uma marca característica da intervenção profissional.

O trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, na abordagem grupal, bem como no reconhecimento do território, na perspectiva da implantação dos sistemas de proteção social apensos das políticas públicas, em especial na política de saúde, habitação e assistência social. Os sujeitos desta pesquisa afirmam que desenvolvem o trabalho socioeducativo tanto no atendimento individual como grupal. Ou seja, 10 (dez) sujeitos realizam-no por meio da abordagem individual, 13 (treze), por meio da abordagem grupal e 03 (três) utilizam ambas as abordagens.

Na abordagem individual, esse trabalho é realizado via atendimento individual, demarcando a perspectiva do reconhecimento das demandas de atendimento, ou seja, enfatiza-se a análise, articulando-se os problemas apresentados pelo usuário à realidade social vivenciada, conhecendo sua condição de vida. Nesse sentido, é preciso que o profissional lance mão de instrumentos analíticos de modo a favorecer a construção da análise de conjuntura, o reconhecimento do poder local, o reconhecimento das instâncias de poder envolvidas na operacionalização das políticas sociais e sua articulação com as demais esferas do governo. É um trabalho voltado à intervenção, que reflete: as demandas identificadas para atendimento; os procedimentos adotados pelo assistente social; o diagnóstico preliminar da situação, em que são identificadas as determinações presentes no atendimento; a relação estabelecida entre o assistente social e o usuário e o reconhecimento das contradições presentes no espaço organizacional que contrata o assistente social como profissional assalariado.

Na abordagem grupal, a reunião é um dos principais instrumentos utilizados pelos assistentes sociais quando realizam o trabalho socioeducativo, uma vez que esta é considerada como um dos instrumentos que viabiliza a construção da participação efetiva dos sujeitos, o que requer de cada um o compromisso para que a reunião seja o mais produtiva possível.

Na execução do trabalho socioeducativo não há uma atuação preestabelecida, determinada como privativa desse tipo de trabalho. Ou seja, o assistente social constrói e reconstrói cotidianamente suas ações. Na operacionalização desse trabalho não se estabelece “[...] um padrão / modelo operacional para o desenvolvimento das ações que o materializam [...] é importante que os princípios norteadores da profissão estejam claramente conectados a uma forma de proceder [...]” (LIMA; MIOTO, 2011, p. 227). É uma prática essencialmente histórica, na qual está presente a busca constante do conhecimento. Instaura-se tendo como referência as relações de saber e poder presentes na sociedade e “reproduzidas” no espaço organizacional.

Quanto às concepções de trabalho socioeducativo identificadas entre os sujeitos desta pesquisa, duas perspectivas despontam: aquela que apresenta o trabalho a partir dos seus objetivos e outra que decorre das atividades desenvolvidas e direcionadas aos usuários. Identifica-se que os profissionais apresentam um ponto de vista cujo fundamento é a ação desenvolvida, confirmando a premissa de que o assistente social se reconhece como profissional quando está na presença do usuário.

Quanto à primeira concepção, os sujeitos registram no questionário:

Propiciar espaços de reflexão e oportunidades de acesso a direitos (registro do questionário 01).

Atuar na prevenção, diagnosticar as demandas problemáticas e possíveis encaminhamentos (registro do questionário 07).

Compreendo o trabalho socioeducativo como uma modalidade que possibilita a construção de um saber coletivo [...]. Esse trabalho também nos possibilita a identificação de diversas demandas que serão trabalhadas individual e/ou coletivamente (registro do questionário 14).

O trabalho socioeducativo deve, preferencialmente, ser desenvolvido em grupo, com a finalidade de promover a superação da situação de vulnerabilidade social presente no cotidiano dos participantes, ou mesmo de prevenção (registro do questionário 15).

Um trabalho que estimule a reflexão crítica e transformadora através de estratégias educativas / dialogais (registro do questionário 16).

O trabalho socioeducativo configura-se como

[...] uma ação com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios [...] contribuir para a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários (LIMA; MIOTO, 2011, p. 216-217).

Assim, pressupõe-se o resgate da sociabilidade dos sujeitos usuários, como vivenciam e experienciam sua vida cotidiana e o reconhecimento das suas condições de vida. É um trabalho em que são estabelecidas ações de caráter educativo e político, uma vez que tanto o usuário como o assistente social se reconhecem como sujeitos desse processo. Requer do profissional rigor técnico, posicionamento político, leitura analítica da realidade social (a partir de um ponto de vista teórico). É uma ação planejada, com objetivos claros, construção de atividades estabelecidas e planejadas em conjunto com todos os participantes e a projeção dos resultados esperados. O trabalho socioeducativo perpassa necessariamente pela compreensão que o assistente social tem do seu exercício profissional. O assistente social trabalha a partir da prática interventiva, referenciando: o projeto ético-político; a formação profissional; a dimensão ideopolítica. A proposta metodológica de ruptura apoia-se nas categorias teóricas fundamentadas no materialismo histórico, compreensão do conceito de instituição, política social, transformação social, dimensão política, classe social, trabalho, mediação, história e proposta de ação. A proposta de ação agrega três dimensões (em articulação com a prática interventiva): acadêmica, organizativa e intervenção na realidade social. O que caracteriza essa prática interventiva é o compromisso com a classe subalterna. A proposta caminha por romper com esquemas preestabelecidos e normatizados como a única estratégia de construção da ação profissional. Indica a necessidade de buscar compreender os determinantes presentes na ação desenvolvida, quais sejam: o espaço organizacional, o conhecimento das demandas, o conhecimento da realidade social do usuário da ação, o conhecimento específico da área de atuação, o conhecimento das tendências teórico-metodológicas presentes na ação profissional do assistente social, o Código de Ética e o projeto profissional. A operacionalização dessa proposta pressupõe reconhecer o usuário como sujeito privilegiado do exercício profissional.

Por se tratar de uma construção de caráter metodológico, entende-se ser necessário que o assistente social tenha uma base teórica sólida que o possibilite construir uma prática direcionada pelo projeto ético-político da profissão. Esse modo de entender a intervenção favorece a construção do conhecimento de forma contínua e por aproximações sucessivas.

A consolidação do exercício profissional como prática crítica é um processo de construção permanente, cujo limite é indicado pelo próprio movimento da realidade social.

Analisar essas articulações favorece a construção de um exercício profissional que extrapole os limites da organização ou, ainda, identifica que o projeto ético-político, associado à Lei de Regulamentação da Profissão, é referencial para a construção da ação profissional realizada dentro do espaço organizacional.

Quanto à segunda concepção, os sujeitos da pesquisa apresentam:

[...] orientar os usuários sobre os seus direitos, contribuindo para que sejam (ali) sujeitos autônomos (registro do questionário 02).

Aquele que visa a promoção do sujeito, levando-o a refletir sobre seu cotidiano, problemas apresentados (registro do questionário 03).

Um trabalho sistematizado que enfoque a orientação do cidadão ou de determinado grupo quanto a seus direitos e a defesa da cidadania (registro do questionário 04).

Trabalho de orientação e esclarecimentos sobre determinada demanda levantada por um grupo ou individualmente (registro do questionário 05).

Trabalho que envolve a participação do envolvido buscando o crescimento através de reflexões das ações e atividades (registro do questionário 09).

Dar subsídios para que a população atendida possa entender e conhecer melhor os seus direitos e que tenha autonomia para realizar suas escolhas (registro do questionário 10).

O trabalho socioeducativo proporciona ao indivíduo condições de se reconhecer como sujeito de direitos e que há possibilidades de acesso a serviços e melhora na sua convivência familiar e comunitária (registro do questionário 11).

[...] auxiliar o usuário ou família na identificação de suas fragilidades sociais e vulnerabilidades que impedem de ter uma vida com dignidade. É o momento também de esclarecer sobre os direitos e apresentar possibilidades e alternativas e motivá-los na certeza de que é possível superar as vulnerabilidades existentes (registro do questionário 12).

Promover o fortalecimento dos vínculos familiares, valorizar o convívio familiar e comunitário, preparar o usuário para a superação da condição de vulnerabilidade em que se encontra (registro do questionário 13).

Para os sujeitos desta pesquisa, no trabalho socioeducativo, o usuário é identificado como um dos protagonistas do processo interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelas organizações que respondem pelos serviços apenas às políticas públicas e sociais. Essa característica tem sido associada à participação e fortalecimento dos usuários “[...] na luta pela reivindicação de seus direitos é preciso ter o máximo de informações possível, ter argumentos para contestar, negociar, convencer [...]”

(OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 58). Caracteriza-se por consolidar a visão da educação popular, na qual o profissional atua tomando como referência os modos de vida da população usuária, uma vez que evidencia os saberes da população, suas lutas cotidianas. Além disso, reconhece o fortalecimento das políticas sociais na perspectiva da proteção social, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia. Entende que, no trabalho socioeducativo, a construção das atividades, do que se pretende realizar, perpassa necessariamente pela condição de vida do usuário.

A partir dos anos 2000, o trabalho socioeducativo tem sido amplamente utilizado como referência metodológica nos trabalhos voltados à proteção sociofamiliar, “[...] reflete uma proposta de prática vinculada aos interesses da população, voltada para a perspectiva da transformação social [...] numa busca de superação do paternalismo” (SILVA, 2002, p. 175-177). Observar com atenção analítica as estratégias de sobrevivência utilizadas pela população para superar suas necessidades pode ser a chave para a construção dessa proteção.

Um dos principais ganhos do trabalho socioeducativo é que, no processo metodológico, o usuário é sujeito reconhecido como protagonista dessa relação. Nessa perspectiva, o assistente social deve ser capaz de democratizar informações e fomentar a tomada de decisão por parte do usuário. Dessa forma, os serviços prestados aos usuários não são vistos como favor, mas como um direito que será acessado para suprir as necessidades apresentadas pelos por eles e/ou identificadas pelo assistente social.

O trabalho socioeducativo refere-se também à possibilidade de o profissional refletir sobre os resultados alcançados com o exercício profissional. Aqui ganham relevo as implicações do exercício profissional na vida do usuário, a compreensão quanto às informações e orientações obtidas, além da necessidade de o assistente social repensar constantemente a construção de estratégias de intervenção em consonância com as contradições presentes na realidade social. Um dos elementos que pode ser facilitador desse processo refere-se ao impacto social desse conjunto de ações na vida do usuário e as implicações na melhoria de sua construção relacional.

A realização do trabalho socioeducativo implica que os limites identificados no espaço sócio-ocupacional – lócus do trabalho do assistente social – devem ser analisados não como uma barreira intransponível, mas um indicativo para a construção das respostas profissionais. Atuar nessa perspectiva requer do profissional uma formação que explicita consistência teórica, metodológica, ética e argumentativa.

2.1 - As atividades reconhecidas como trabalho socioeducativo identificadas na pesquisa

Cabe aqui entender o modo como os assistentes sociais organizam e realizam as atividades, suas atribuições no espaço organizacional, além de identificar as respostas profissionais construídas por eles.

Na execução do seu exercício profissional, o assistente social já “encontra”, em seu local de trabalho, atividades previamente estabelecidas pelo empregador e/ou gestor. Essas atividades estão sujeitas à regulação que caracteriza o trabalho assalariado, regulação esta estabelecida por múltiplas determinações – o mercado de consumo, o produto que se quer produzir, os insumos, a oferta de mão de obra e o próprio salário – e não necessariamente perpassa pelos interesses de quem a executa. Ao trabalhar na prestação de serviços, o assistente social realiza atividades que foram construídas por outros profissionais – não necessariamente assistentes sociais –, o que compromete sua autonomia e determinação. Dessa forma,

[...] analisar a profissão supõe abordar, simultaneamente, os modos de atuar e de pensar que foram por seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade às bases teóricas assumidas pelo Serviço Social na leitura da sociedade e na construção de respostas à questão social (IAMAMOTO, 1998, p. 58).

Nesse caminho de análise é preciso reconhecer como os assistentes sociais trabalham, quais os meios de trabalho que utilizam para colocar em movimento seus saberes tendo em vista a execução do seu exercício profissional. Para Marx (1983, p. 149), o trabalho é “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Ou seja, o homem utiliza-se de seus recursos físicos e intelectuais para, por meio do trabalho, apropriar-se da matéria-prima existente na natureza a fim de satisfazer suas necessidades. O trabalho é processado quando o homem interfere na natureza, modificando-a e modificando-se também. O trabalho humano apresenta outra característica que o torna singular: é a capacidade que o homem tem de projetá-lo mentalmente, prevendo inclusive os resultados que se pretende alcançar.

[...] o trabalho assume papel de condicionador da existência humana, independentemente da sociedade que esteja sendo considerada. É ao trabalho que o homem tributa a razão de seu ser social, porque este propicia o arrancar das potencialidades naturais a seu serviço e, concomitantemente, conduz ao seu auto-desenvolvimento como espécie (PONTES, 2002, p. 61).

Ao projetar mentalmente seu trabalho, o homem cria também os processos de trabalho por meio dos quais o trabalho será construído. Assim, as atividades são consideradas por Marx os elementos mais simples do processo de trabalho.

Majoritariamente, os assistentes sociais atuam como trabalhadores assalariados:

[...] o assistente social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício do seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou clientela a ser atingida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 80).

Reconhecer essa condição de assalariamento favorece a identificação da relativa autonomia⁴ que se interpõe ao trabalho e é fundamental na construção das atividades profissionais. Ao ser contratado para prestar serviços nas organizações, o assistente social é designado a desenvolver atividades previamente determinadas pelos gestores, cujo foco é a operacionalização das políticas públicas, a execução de programas, projetos e serviços determinados pelas diversas esferas governamentais. Na maioria das vezes, o profissional é visto como o executor das atividades previamente estabelecidas, quer seja pelo gestor, quer seja pelos programas e projetos planejados nas diversas esferas governamentais. O seu exercício profissional é limitado ao cumprimento de tarefas e à realização de ações para cumprir seu papel institucional.

Os sujeitos desta pesquisa registram as atividades a partir das intermediações com o campo ocupacional no qual atuam como profissionais assalariados. Ao contratar o assistente social, as organizações determinam as atividades que serão realizadas pelos profissionais, o modo como pretendem que estas sejam operacionalizadas e o produto desejado.

[...] a atividade do profissional de Serviço Social, como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras (COSTA, 2000, p. 37).

Isso significa que o assistente social coloca seus saberes a serviço da manutenção dessas mesmas organizações, operacionalizando seus objetivos e determinações, colocando-os como seus objetivos profissionais. Nesse sentido, o assistente social vai construindo e também reproduzindo as atividades que caracterizam o seu fazer profissional. Em certo sentido, reflete o quanto os assistentes sociais que se reconhecem como profissionais da prática pouco se detêm para analisar – do ponto de vista teórico, metodológico e político – seu exercício profissional. Isso favorece a reprodução das atividades determinadas pela organização que contrata seus serviços, sem questionamentos – não necessariamente com o objetivo de se

⁴ Sobre autonomia relativa ver Iamamoto (1998 e 2008), ambos os livros citados nas referências ao final do artigo.

contrapor a elas, mas sim de pensar, de repensar, otimizar essas atividades para a construção de respostas profissionais crítico-criativas que, de fato, tenham relação com a realidade social, com o projeto ético-político e com as condições objetivas de vida do usuário, sujeito desse processo.

Nesta pesquisa fica claro que os profissionais afirmam também que as atividades perpassam pela relação estabelecida entre o profissional e o usuário, bem como pelas ações empreendidas na execução dos serviços via políticas sociais. Nesse sentido, o trabalho é identificado como um conjunto de atividades que, realizadas pela mediação humana, colocam em movimento os saberes e as habilidades que o assistente social precisa ter para efetivar o exercício profissional. As atividades expressam o quão abrangente e complexa pode ser a atuação do assistente social. Ao mesmo tempo, é possível identificar que, descolada da realidade social, é pouco visível e compromete os resultados a que se pretende chegar. A proposta identificada no trabalho socioeducativo relaciona-se à possibilidade de intervenção na realidade social dos usuários atendidos pelos profissionais. A intervenção deve ser considerada na perspectiva analítica e construída com vistas a se estabelecer como “[...] respostas profissionais a demandas sociais postas em determinadas conjunturas sócio-econômico-políticas” (SILVA, 2002, p. 173). Nesse tipo de trabalho não há um modelo estabelecido para sua execução, o que rompe com a padronização e a normatização de atividades e procedimentos técnicos. Sob essa ótica, objetivos, atividades e procedimentos técnico-operativos ganham sentido e direcionalidade se relacionados à análise da realidade social, do conhecimento do contexto social e às condições objetivas de vida experienciadas pela população sujeito desse tipo de trabalho.

Identificou-se que os profissionais reconhecem as atividades relacionadas ao trabalho socioeducativo tanto na abordagem individual como na grupal.

Na abordagem individual, as atividades são direcionadas à orientação, ao reconhecimento do território no qual o usuário vive, ou seja, no modo como vive como sujeito que, ao experienciar sua vida cotidiana, enfrenta as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo. Os sujeitos desta pesquisa indicam como atividade realizada para a execução do trabalho socioeducativo:

Atendimentos individuais, atendimentos grupais (pontuais), orientação familiar (registro do questionário 01).

Atendimento, orientação, encaminhamentos para rede de serviços, atendimento familiar, grupos sócio educativos, grupos recreativos, atendimento interdisciplinar (registro do questionário 02).

Orientação individual, orientação grupal, dinâmicas, encaminhamentos, contatos com a rede (registro do questionário 05).

O assistente social utiliza a orientação como possibilidade de aproximação ao usuário. É construída em conjunto com os usuários, respeitando seus interesses, conflitos e o modo como enfrentam cotidianamente suas necessidades. É um trabalho voltado à intervenção, que reflete: as demandas identificadas para atendimento; os procedimentos adotados pelo assistente social; o diagnóstico preliminar da situação, em que são identificadas as determinações presentes no atendimento.

A necessidade de reconhecimento das condições objetivas de vida dos usuários possibilita ao assistente social a identificação da condição social das famílias: a violação dos direitos, a condição de risco pessoal e social, destacando os interesses e necessidades dessa população. Entender essa lógica pode favorecer a superação de uma visão parcial e superficial da vida desses usuários, focada nos comportamentos e no mérito.

Nesse sentido, há espaços para se pensar e estabelecer canais “[...] para avanços de consciência e organização, para reivindicações de direitos e apropriação de bens e serviços pelos grupos” (SILVA, 2002, p. 176). É por meio dos processos organizativos que os usuários podem se fortalecer como grupo, reconhecendo-se como partícipes de uma determinada comunidade que vive em um território. Esse reconhecimento favorece a percepção – pelo próprio sujeito – de sua condição social, das necessidades decorrentes dessa condição, bem como as possibilidades de superação. Por meio da ação socioeducativa, os usuários podem alterar sua percepção sobre o seu modo de viver e de reivindicar o acesso aos direitos sociais.

Cabe aqui, ainda, a ressalva de que os direitos são garantidos pela legislação, via Constituição Federal de 1988 e as demais leis complementares. Assim, pode-se dizer que “[...] na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações, e a política social é sem dúvida mediação fundamental neste sentido” (YAZBEK, 2009, p. 118). Mas, é nítido o descompasso entre as proposituras apresentadas na legislação e como o direito se efetiva, ou seja, o direito como garantia está sempre em disputa! Essa disputa vai se apresentar também na gestão das políticas públicas e sociais, em especial aquelas cujo caráter ainda não é universal, como a assistência social.⁵ Na política de assistência social, o trabalho socioeducativo deve iniciar no momento da acolhida aos usuários, pois observa-se que

⁵ Nota-se que, nos fundamentos e princípios da política de assistência social, a universalidade é reconhecida como perspectiva a ser alcançada, tendo em vista ser objetivo dessa política a construção de um sistema protetivo dirigido a quem dela necessitar. Sobre a política de assistência social ver a produção das seguintes autoras: Aldaísa Sposati, Maria Carmelita Yazbek, Ana Elizabeth Mota, Raquel Raichelis, entre outras.

[...] as famílias pobres e extremamente pobres incluídas no PBF apresentam deficiências estruturais de falta de informação, de baixo nível de instrução, entre outras limitações, que contribuem para a baixa possibilidade de automização dessas famílias [...] (SILVA; LIMA, 2010, p. 124).

Nesse sentido, reconhecer o modo como vivem, como transitam e estabelecem estratégias para sobreviver à ausência dos direitos é fundamental para o planejamento do trabalho a ser executado. Segundo Yazbek (2009), a política de assistência social pode interferir nos processos de reprodução da vida social e no cotidiano da população mais empobrecida da sociedade. Porém, observar os resultados dessa intervenção vai requerer dos profissionais o reconhecimento das ambiguidades e contradições inerentes à gestão dessa política. Ainda assim, a autora afirma que

A inserção do Estado brasileiro no contraditório contexto das rápidas transformações societárias atuais, ao lado de nossas velhas heranças conservadoras e patrimonialistas, coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos no campo social (YAZBEK, 2009, p. 113).

Sob essa lógica, a discussão dos direitos sociais, o modo como a população (principalmente a mais pobre) demonstra seus saberes sobre essa questão é fundamental para a execução do trabalho socioeducativo. À medida que o assistente social reconhece o significado e os impactos sociais decorrentes do conjunto de ações desenvolvidas, consegue perceber também a incidência do seu trabalho na vida dessa população. Entender essa questão colabora também para a identificação da visibilidade desse exercício e de sua importância na divisão sociotécnica do trabalho. A visibilidade está relacionada à identificação das atividades realizadas e ao resultado produzido por elas ou, ainda, ao reconhecimento do assistente social sobre os impactos sociais do exercício profissional na vida em sociedade.

Na abordagem grupal, os profissionais indicam tanto a reunião como o encaminhamento como fundamentais para a execução do trabalho socioeducativo, conforme os registros destacados abaixo:

Roda de conversa, debate sobre temas diversos exibição de filmes e documentários (registro do questionário 11).

Diálogo com as famílias, discussão com as crianças e adolescentes sobre temas que eles trazem, num espaço de troca; conscientização com a equipe sobre a importância do trabalho socioeducativo (registro do questionário 07).

Reunião de acolhida para orientar e conhecer o público usuário, atendimento inicial – entrevista para avaliação social, atendimento aos

familiares, realização de oficinas para tratar de assuntos pertinentes (registro do questionário 09).

Trabalhos com grupos e empregados para reflexão sobre a saúde e segurança no trabalho. Prestar informações aos afastados e acidentados a respeito de seus direitos. Reflexão das causas dos acidentes e doenças laborais. Medidas preventivas (registro do questionário 16).

Quanto ao encaminhamento, este é utilizado quando o assistente social avalia a necessidade de realização de um atendimento complementar ao usuário, quer seja por outro profissional quer seja por meio de outro serviço existente na rede de atendimento.

O encaminhamento é mais um dos instrumentos técnico-operativos que o assistente social lança mão para atender às necessidades apresentadas pelo usuário. Para que não seja utilizado como um procedimento de repasse de responsabilidade entre os serviços prestados pela rede de atendimento, o encaminhamento é um dos momentos em que tanto o assistente social como o usuário reconhecem o processo da intervenção. Ao encaminhar, o assistente social precisa não somente conhecer a rede de atendimento, mas decodificá-la para o usuário, favorecendo a percepção de que o atendimento a suas necessidades não é um benefício, mas um direito garantido por lei. É um instrumento de caráter operacional que possibilita ao profissional conhecer a organização e o funcionamento da rede de atendimento. Contraditoriamente, por meio desse instrumento, o usuário é capaz de acessar serviços que favoreçam a resolução das questões que o afligem e afetam sua vida. Ao mesmo tempo, o assistente social é responsável por estabelecer o contato com o serviço ou organização para verificar a possibilidade do atendimento, além de acompanhar se o atendimento foi efetivado, as condições dessa efetivação e os resultados alcançados.

Como dito anteriormente, a reunião é um dos principais instrumentos utilizados pelos assistentes sociais na execução do trabalho socioeducativo, como registrado pelos profissionais.

A reunião possibilita o esclarecimento e o debate da informação, a construção de conhecimento, a análise do espaço organizacional, o reconhecimento dos valores éticos e morais que permeiam a temática discutida, bem como o pensar dos participantes. A abordagem grupal segue a perspectiva socioeducativa quando o enfoque é o reconhecimento dos sujeitos que participam do grupo, a saber: quem são, quais as condições objetivas de vida e quais os objetivos para participar do grupo. Relaciona-se ao fortalecimento da participação autônoma dos usuários e do reconhecimento do seu protagonismo, ou seja, “[...] as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas

próprias formas de posicionamento diante da vida social e de analisá-las e explicitá-las” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 54-55). A aproximação que o assistente social pode construir para o reconhecimento da condição social experienciada pelos usuários passa também pelo modo como esses usuários experienciam sua vida cotidiana, seus saberes, suas inquietações, entre outros.

Utilizando-se da referência da educação popular, o assistente social pode, em conjunto com os usuários, “[...] viabilizar um processo reflexivo acerca do cotidiano [...] de modo a contribuir para a construção de um saber” (SILVA, 2002, p. 178) que venha a contribuir com o reconhecimento destes como sujeitos que participam de um processo, que opinam, que movimentam saberes. Valorizar saberes pode ser estratégico para dissociar a participação autônoma da presença como ouvinte em ações que sequer foram planejadas com os usuários. A possibilidade desse reconhecimento pode levar também ao fortalecimento da organização dos usuários nos lugares onde vivem, bem como no que se refere a sua participação política. Sob essa lógica, reconhecer o cotidiano da população, suas reivindicações e estratégias de sobrevivência são elementos essenciais para o fortalecimento dessa participação.

O cotidiano é identificado como uma categoria central para o entendimento do trabalho socioeducativo. Trata-se do espaço privilegiado da intervenção profissional, bem como de reconhecimento da materialização das relações sociais. É no cotidiano que se identificam as contradições, a luta pelo poder, as vias de organização e resistência construídas pela população, a aproximação do assistente social e os usuários de sua ação, “[...] tendo em vista a produção de conhecimentos que instrumentalizem as classes populares, no sentido de fortalecer a sua organização e viabilizar o atendimento aos seus interesses” (SILVA, 2002, p. 187). Na execução do trabalho socioeducativo, o assistente social utiliza-se de instrumentos analíticos e técnico-operativos a fim de entender e analisar as relações estabelecidas entre o que é determinado na realidade social, bem como as mediações construídas pelo próprio profissional que o possibilitam interpretar a condição social vivenciada pelo usuário nessa mesma realidade. Essa abordagem pressupõe que o planejamento das atividades seja realizado de forma conjunta, envolvendo o profissional e o usuário. É um trabalho que explicita: a identificação de lideranças, a discussão do significado da participação, a análise das atividades desenvolvidas, o perfil dos participantes, a relação entre os protagonistas e as demandas apresentadas. Assim, a análise das contradições e ambiguidades presentes nos campos ocupacionais em que o assistente social é contratado para prestar serviços, os recursos disponibilizados, a gestão das políticas públicas e sociais e a análise da vida social são

elementos fundamentais e constitutivos que particularizam o trabalho socioeducativo e sem os quais as atividades desenvolvidas perdem força, sentido e direcionalidade.

Considerações Finais

Para os sujeitos desta pesquisa, a concepção de trabalho socioeducativo é atravessada pelas determinações estabelecidas nos objetivos das políticas públicas, bem como no protagonismo do usuário. Reconhecem o assistente social como um dos sujeitos que realizam o trabalho numa perspectiva reflexiva “[...] que impulsiona ação a partir de um processo que leva os homens a pensar o mundo [...] avaliar, problematizar, instigando a buscar o significado [...] e a compreensão da realidade” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 58). Por se tratar de uma construção de caráter metodológico, entende-se ser necessário que o assistente social tenha uma base teórica sólida que o possibilite construir uma prática direcionada pelo projeto ético-político da profissão. Esse modo de entender a intervenção favorece a construção do conhecimento de forma contínua e por aproximações sucessivas. A consolidação do exercício profissional como prática crítica é um processo de construção permanente, cujo limite é indicado pelo próprio movimento da realidade social. Analisar essas articulações favorece a construção de um exercício profissional que extrapole os limites da organização, ou ainda, identifica que o projeto ético-político, associado à Lei de Regulamentação da Profissão, é referencial para a construção da prática realizada dentro do espaço organizacional.

Acrescenta-se também que são determinantes fundamentais para a realização do trabalho socioeducativo: o reconhecimento da apropriação acerca do referencial teórico metodológico, ético e político e técnico-operativo, bem como do projeto ético-político; as determinações presentes e constitutivas da realidade social; as demandas apresentadas pela organização, pelos sujeitos e identificadas pelos profissionais; a construção de saberes demandados pela população; o conhecimento expresso pelo profissional acerca do campo ocupacional no qual atua, da política pública que ancora seu trabalho, as tramas relacionais, a correlação de forças, a relativa autonomia, os recursos (incluindo os financeiros), entre outros.

Finalizando, a partir desta pesquisa, pode-se concluir que o trabalho socioeducativo deve focar:

1. **O acesso à informação:** aprimora a capacidade de tomada de decisão; possibilita a participação autônoma e a busca por outros conhecimentos; discussão sobre a perspectiva do direito como possibilidade; discussão sobre a gestão da política. A

democratização das informações fortalece os usuários na tomada de decisões sobre as questões que envolvem a sua vida.

2. **Protagonismo dos usuários:** reconhecimento das condições de vida dos usuários, observando com atenção as estratégias de sobrevivência estabelecidas, bem como o exercício da participação com vistas ao fortalecimento do direito à convivência familiar e comunitária. Esse protagonismo deve ser evidenciado

[...] uma vez que as demandas / requisições são tensionadas pelas necessidades reais dos usuários e por suas formas de ação e de organização, conteúdo do trabalho socioeducativo pode potencializar a reflexão fundamentada na inserção real dos usuários, materializadas em suas condições de vida, em suas estratégias de sobrevivência [...] (EIRAS, 2012, p. 134).

Dessa forma, é possível avaliar as motivações para a participação ou não dos usuários nos trabalhos desenvolvidos sob essa metodologia.

3. **Participação do usuário:** é construída de forma permanente. Perpassa pela aceitação da legitimidade dos saberes expressos pelos usuários; identificação sobre os impactos imediatos e a longo prazo desse tipo de trabalho na vida dessas pessoas.
4. **Condições objetivas de vida da população usuárias dos serviços:** perceber como vive sua vida cotidiana, seus conflitos, suas lutas diárias para sobreviver, suas expectativas e planos é fundamental para a permanência e participação autônoma nas ações desenvolvidas.
5. **Planejamento das ações:** apropriação dos conteúdos teóricos e práticos da educação popular, com ênfase no respeito aos saberes dos usuários, nas diferentes expressões de conhecimento, nos diferentes tempos de aprendizagem, na construção de conhecimentos compartilhados etc.

O que se espera do profissional é que seja capaz de construir respostas concretas a partir da análise que realiza das expressões da questão social, que saiba reconhecer os usuários como sujeitos de direitos. Porém, concatenar isso aos determinantes institucionais é buscar uma via de reconstrução do modo como concebem e explicitam sua ação profissional. O trabalho socioeducativo favorece também o adensamento do debate profissional entorno do papel desempenhado pelos assistentes sociais no fortalecimento das políticas sociais e da construção dos sistemas de proteção social, em especial na seguridade social e na política de habitação. Nos anos 1990, o Serviço Social vê fortalecida sua presença como profissão interventiva na discussão e aprovação de legislação no campo social. Em decorrência da

legislação, também é responsável pela implantação das políticas sociais – não somente nos aspectos que decorrem da operacionalização de serviços – com ênfase na implantação dos conselhos, na construção dos planos municipais de assistência e, mais recentemente, contribuindo na elaboração da metodologia participativa que envolve a construção dos planos diretores dos municípios. Outro ganho do trabalho socioeducativo refere-se à possibilidade do profissional refletir sobre os resultados alcançados com o exercício profissional. Alguns avanços ainda são esperados, principalmente aqueles que estão intrinsecamente relacionados ao trabalho direto com os usuários, na abordagem individual e no trabalho socioeducativo. Destaca-se aquele cujo enfoque seja o aprendizado mútuo, o que vai requerer do assistente social um compromisso com a classe subalterna, com as pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade e risco social. Entendo que a resposta profissional para essa questão não é somente “*instrumental-operativa*” (NETTO, 1996, p. 123), mas de caráter analítico e interventivo. Portanto, à dimensão interventiva, pressupõe uma dimensão analítica e ética. Atuar nessa perspectiva requer um profissional cuja formação explicita sua consistência teórica, metodológica, ética e argumentativa.

Referências

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 35-72, 2000.

EIRAS, A. A. L. T. S. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. *In*: SANTOS, C.M.; BACKX, S; GUERRA, Y. (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 121-147.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAMEYAMA, N. Concepção de Teoria e Metodologia. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 3, p. 99-116, 1995.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações educativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 21, p. 211-237, jan./jun. 2011.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K. O processo de produção do capital. In: _____. **O Capital** - crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 149-163.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996. p. 87-132.

OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, SP, n. 14, 2005. p. 43-63.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA e SILVA, M. O da (Coord.). **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA e SILVA, M. O.; LIMA, V. F. S. A. Resultados de estudo empírico sobre o processo de unificação dos programas de transferência de renda: a mediação do Bolsa Família. In: SILVA e SILVA, M. O. (coord.); LIMA, V. F. S. A. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 111 – 135.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. p. 143-163.